
MARRAKESH – Explorando o "interesse público" na área de responsabilidade da ICANN
Segunda-feira, 7 de março de 2016 – 15h15 a 16h30 WET
ICANN55 | Marrakesh, Marrocos

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Boa tarde a todos, sejam bem-vindos a essa sessão, explorando o interesse público dentro do mandato da ICANN. Eu vou moderar a sessão de hoje à tarde, sou Olivier Crepin-Leblond e tenho aqui comigo um representante do EudoDIG, Wolf Ludwig.

E também Nora Abusitta, vice-presidente sênior do programa de responsabilidade pública e desenvolvimento.

E também, à minha esquerda, Nii Quaynor, que lidera o grupo de trabalho do painel estratégico.

E também Marília Maciel.

Então vamos começar essa sessão com uma introdução da Nora Abusitta, que vai falar um pouco sobre os antecedentes e todo esse processo.

NORA ABUSITTA: Muito obrigada, Olivier. Obrigada a todos vocês por estarem aqui.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Acho que reconhecemos que esse é um assunto muito importante. É por isso que estamos aqui.

Houve muitas conversas sobre o interesse público. Às vezes, referida como “interesse público global”. Mas, definitivamente, houve muitas conversas desde que eu entrei na ICANN.

Uma das primeiras tentativas de lidar com esse assunto foi o painel sobre a responsabilidade pública, sobre a qual a Nii vai falar depois.

Então temos trabalhado muito para examinar o conceito, o que significa esse conceito para nós, como organização, e também para a comunidade.

Um dos motivos do porquê decidimos ter aqui essa sessão, é porque o pessoal começou a fazer um trabalho de históricos e antecedentes para procurar uma definição interna, e começamos a fazer uma pesquisa nos departamentos organizacionais para ver se eles sabiam, realmente, o que significa isso de interesse público para a ICANN. Essa é uma definição muito ampla, como aquela que eu sugeri ao painel, como responsabilidade comum, se é representativa e qual é a significação disso para as operações.

Fizemos, então, uma pesquisa para preparar todo esse material para essa conversa e para quando a comunidade estivesse já pronta para adotar outro projeto.

E descobrimos que os departamentos entendiam bem essa questão e talvez nós pensemos em aspectos diferentes sobre isso, mas tudo o que é feito dentro da ICANN, nos diferentes departamentos, entram sob esse mandato para o interesse público.

É claro que há algumas lacunas sobre a compressão desse conceito. Mas achamos que seria bom criar um inventário de todas essas instâncias em que o termo foi mencionado e que, quando a comunidade estivesse pronta, começássemos uma discussão e tivéssemos, também, todos os recursos disponíveis.

Criamos uma página wiki com todas as instâncias em que essa palavra aparece, pesquisas que têm a ver com outras organizações e também referências nos estatutos e nos documentos. E qualquer outro aspecto em que os membros da comunidade estão participando, conversas, debates e esses documentos importantes.

Esse recurso vivo e aqueles que tiverem interesse público e interesse público global, que estiverem interessados, por favor, sintam-se à vontade para discutir ou adicionar elementos sobre esse assunto.

E também temos uma lista de e-mails para que vocês possam fazer parte dessa conversa.

O inventário atual contém esses documentos que estão aqui na lista.

O que está faltando agora é começar uma sondagem para entender o que significa esse termo para a nossa comunidade, o que significa esse conceito de interesse público para as estruturas da SO/AC. E talvez poderíamos começar com outras comunidades, como nós fizemos com o nosso departamento, para ver se eles entendem bem, se tem uma definição comum, se entendem o que é a proposta na definição, como aconteceu com o painel de responsabilidade.

Essa é uma das coisas que está faltando no inventário e que nós gostaríamos de começar a criar e trabalhar com a comunidade.

Eu deixo por aqui, acho que é muito importante sondar mais nessa questão do painel, o processo que está por trás disso, da definição e das conversas posteriores.

Nii?

NII QUAYNOR:

Muito obrigado. Obrigado pela oportunidade que me dá para compartilhar essa questão.

Aqui temos dois assuntos. Temos o interesse público e também a responsabilidade pública.

Como esse painel é de responsabilidade pública, essa distinção deve ser mencionada. Eu tive a boa sorte de ser beneficiado por fazer parte de um painel muito experiente. O Bob Hinden também estava, agora não está mais.

O catálogo pode ser muito útil, muito prático, seria bom que vocês o observassem. Esse é um assunto de grande interesse para todos e igualmente importante para o mundo em desenvolvimento e o desenvolvido. Aqui, para o desenvolvimento, estaria bem preocupado de que seus interesses fossem preservados. Isso no interesse de muitos milhões de pessoas que deverão ser levados em conta.

Esse esforço da ICANN começou antes da reunião da NETmundial no Brasil. Mas é interessante mencionar o parágrafo 28-5 do roteiro da NETmundial que tem uma citação que vou mencionar aqui, que se refere ao processo de globalização da ICANN, que se acelera e leva uma organização verdadeiramente internacional e global que serve para o interesse público com um status independente, e tem outras coisas.

E, nesse caso, acho que interesse público não está claramente especificado aqui.

A definição que nós apresentamos aqui foi muito informal. A ideia era ir melhorando a compressão desse conceito.

Eu, no começo, estava muito relutante, não queria uma definição formal. Mas a comunidade continuou pedindo por fazer uma definição mais clara.

Então, durante esse processo, pensamos em pensar em termos que tivessem (inint) [00:08:23] mais inclusivos, estavam abertos, uma internet dentro do contexto. E, no caso, sistemas de internet, porque isso, sabemos que terá um impacto para todos nós.

Esse é o ponto de início, deve ser, ainda, contemplado ainda mais. E também, isso fica está mais diretamente relacionado com mandato da ICANN, e tem um impacto sobre diferentes grupos de comunidades dentro da ICANN. É possível que teremos variações, que as missões também têm variações. E nós gostaríamos de ouvir todos esses aspectos.

Mas, para mim, a responsabilidade pública está atendendo e tratando o trabalho que estamos fazendo nesse esquema multissetorial, que estamos usando para o aspecto normativo e para as decisões.

Mas o interesse público vai bem além disso. Não é observar a missão como um todo na ICANN, mas também requer mais envolvimento de todos.

Então, eu concluo que a responsabilidade pública nos permite começar a trabalhar pelo interesse público dentro, e isso requer um contexto mais claro e mais engajamento para cristalizar o fundamento disso.

O que é verdade é que o que estamos gerindo aqui, o recurso que também é importante, imagino, o que será trabalhar com um princípio mais elevado, que é percebido como razoavelmente justo, com equidade social e etcetera.

Então, o que pergunto é o que é interesse público para vocês, realmente? O que significa para vocês como indivíduos e, também, como representantes de instituições? E é por isso que vocês estão aqui e eu estou aqui. Muito obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Nii.

Já temos tido várias conversas aqui na ICANN e fora da ICANN. Temos dois especialistas que vão relacionar as conversas que já estão acontecendo dentro da ICANN.

Temos o Wolf Ludwig aqui, ele vai falar sobre essa discussão na organização at-large europeia, na ICANN 54.

WOLF LUDWIG:

Obrigado, Olivier, agradeço por ter a possibilidade de contribuir para essa sessão.

E como todos sabemos, esse termo de interesse público, de alguma maneira é um animal muito esquisito que aparece às vezes aqui nos debates sobre a ICANN, que traz muita confusão e tem muita gente que não sabe muito bem, não tem uma noção muito clara sobre o que é isso de interesse público na comunidade e também nos grupos constituintes da ICANN. E, realmente, foi um desafio muito grande, desde o ano passado, preparar a assembleia geral da EURALO, durante a reunião geral da ICANN em Dublin.

E como ponto de início, eu redigi um trabalho, uma tese sobre a questão para a nossa comunidade, para contribuir para a discussão. Foi, basicamente, uma tentativa. Eu tentei rastrear essa questão de interesse público dentro do contexto europeu.

Eu não tentei fazer nada em termos globais, o interesse público em termos globais. Temos diferentes que estão relacionados com esse termo, como responsabilidade pública, que já foi mencionado. Mas o interesse público global e outro, começamos

simplesmente com a questão do interesse público no contexto europeu e na história europeia.

Podemos encontrar facilmente, em várias línguas europeias, termos relacionados. Em alemão temos o termo *gemeinwohl*. Em francês, o *bien public*. *Common good*, em inglês. Todos eles, mais ou menos, apontam ao fato de que é um bem público que deve ser de grande consideração para os interesses dos grupos pessoais e particulares.

É nesse sentido que vamos começar com esse conceito do Aristóteles, na antiga Grécia e no império. Temos a nação, depois, também, o período romano de interesse público também na idade média e muitos estados cidade, como a Veneza, Nápoles e outras que usavam esse termo de interesse público nas regulamentações e nas ordens de governo de sua cidade.

Então é uma história muito antiga em que esse termo de interesse público e política pública tem a ver com o interesse da população e que devem, também, estar colocados em uma posição muito elevada dentro da comunidade.

Eu acho que, com esses antecedentes, se esse histórico dentro do contexto da Europa e da EURALO, fica claro tudo isso. Observamos a composição dos membros da EURALO, vamos ver que várias ONGs, ALSs certificadas que dentro do seu ambiente

local e nacional lutam pelo interesse público. Portanto, para nós, isso tem a ver com compromisso e uma responsabilidade, também.

É por isso que depois da discussão na Assembleia Geral criamos uma força tarefa para continuar conversando sobre esse termo e encontrar mais respostas e mais definições para esse termo.

Seria interessante, também, ver o que acontece em outras regiões, o que acontece em diferentes contextos culturais, se há semelhanças, se as histórias têm relações similares e, talvez, poderiam se unir todos esses conceitos.

Vou parar por aqui. Se tiverem mais perguntas, fico aqui à disposição.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado.

Então vemos aqui essa questão de interesse público no contexto europeu. Também há outros âmbitos. A Marília Maciel vai falar sobre as discussões no IGF, essa questão dos (inint) [00:17:05] interesse no fórum IGF.

MARILIA MACIEL: Muito obrigado. Agradeço o convite para estar aqui nessa sessão. Quero mostrar aqui um apanhado bem rápido que foi feito no

IGF, nos reunimos uma vez por ano sob o mandato da ONU. Realmente, é um fórum multissetorial, em que diferentes partes podem vir e discutir questões de interesse.

Essa foi uma sessão muito interessante que começou com um apanhado acadêmico sobre o conceito de interesse público dentro desse debate, e que destacamos que, tradicionalmente, na bibliografia perseguir interesse público sempre está relacionado com elaboração de normas.

Há uma preocupação clara que, para evitar capturar a noção de interesse público, que acho que é uma preocupação comum que temos aqui na comunidade, é uma questão muito importante. É importante que o interesse público não seja criado (inint) [00:18:10] alguns setores da comunidade. E que devemos ter um processo correto para elaborar políticas que sigam um processo claro. Isso é muito importante.

A conexão entre o interesse público e os direitos humanos foi destacado claramente, fortemente durante o IGF. Dizendo claramente que um aspecto importante de proteger o interesse público também é protegendo os direitos humanos, ou também relacionando a ideia de interesse público com conceitos sobre a justiça social, igual acesso à educação, conectividade para todos e respeito pela diversidade cultural.

Eu acho que outros pontos que foram levantados durante a sessão, entre eles é um importante, que se referiu a um processo que já está aqui na ICANN, estamos falando sobre esse, que é a reunião da NETmundial no Brasil.

Falando em interesse público, não significa que não estamos partindo da estaca zero. Se observamos no ecossistema de internet, podemos ver que há colisões de princípios que devem guiar a elaboração de políticas que foram criadas pelas diferentes organizações durante os anos.

Muitos desses princípios são regionais. Princípios pelo Conselho Europeu, Comissão Europeia, alguns são nacionais, outros não.

Mas a NETmundial (inint) [00:19:38] conseguimos algo que é muito notável, que é ter o alinhamento de toda a comunidade multissetorial, de todas as regiões do mundo sobre uma série de princípios.

E esses princípios não tem a ver só com a questão técnica, pelas quais nos preocupamos muito, mas surgiram também a unificação e a fragmentação de espaço, segurança e estabilidade, resiliência e também nos princípios de direitos humanos. Muitas pessoas já destacaram que tudo isso está relacionado com os direitos humanos. A liberdade de expressão e associação, privacidade, acessibilidade e desenvolvimento.

Então não estamos começando pela estaca zero, mas sabemos que (inint) [00:20:24] da NETmundial vai nos ajudar como organização para medir nossas políticas e procedimentos. Devemos entender que eles estão apoiando esses princípios.

Temos a iniciativa da NETmundial, esse foi um evento, claro, mas temos outras reuniões, etecetera. Estamos constantemente mencionados e implementando de diferentes maneiras. Essa é uma tentativa de implementar esses princípios.

Também houve participantes no workshop no IGF que destacaram as dificuldades com a noção do interesse público. E um deles é que o interesse público (inint) [00:21:10] uma meta operacional intrínseca que nos leva sempre para movimentar-nos para um alvo que fica mudando o tempo todo e que nunca é atingível.

Outro ponto foi uma noção muito fluída, algo que é percebido como interesse público, isso tem um contexto e um tempo. Então o conceito pode mudar. Talvez seja muito difícil defini-lo de forma fixa.

E o último ponto discutido foi que, às vezes, é muito difícil definir quem tem o direito de defender o interesse público. É o estado? São atores não governamentais? Em diferentes situações, quem defende o interesse público muda.

Mas a conclusão foi muito interessante. Foi dito que há dificuldades para definir o interesse público. Mas talvez seja mais perigoso não tentar defini-lo, e deixar como uma página em branco. Então nós vemos que nessa organização somos convocados a discutir o interesse público, por exemplo, sem uma definição.

Então eu acho que nós somos mais suscetíveis de ser capturados por diferentes interesses se não definirmos o interesse público. Essa é uma discussão urgente que está acontecendo, não só aqui, mas é importante destacar que a participação em outros espaços do ecossistema da internet, há outras organizações que discutem o interesse público.

Há um relatório muito interessante publicado por um think tank que dá apoio ao governo holandês, que fala da necessidade de manter o centro da internet livre de interesses, do interesse público ou dos governos. Eu acho que esse relatório foi aceito já em diferentes espaços, mencionando que o DNS deve ser considerado como uma estrutura pública central da internet e livre de interferência. Eu acho que isso se relaciona com o que está sendo discutido aqui e isso será assunto da próxima reunião do GGE da ONU, que vai ocorrer no primeiro comitê que vai discutir paz e segurança, para que a importância do interesse público seja mantida.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Você tem alguma pergunta que você queira fazer, Marília, para o público?

MARILIA MACIEL: Eu acho que a minha pergunta seria a mesma que a Nora.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: O que nós queremos é discutir esse tema e ver como isso se relaciona ao mandado da ICANN.

Eu sei que dentro da ICANN alguns apoiam o conceito de interesse público da ICANN. Mas não há nenhuma definição, em si.

Então, às vezes, pode-se achar que o interesse público pode ser usado como uma ferramenta contra a ICANN por terceiros que queiram usá-lo para suas vantagens.

Há alguém aqui no microfone.

Nora gostaria de fazer um comentário.

NORA ABUSITTA: Rapidamente, eu gostaria de recapitular o painel de responsabilidade pública. Tem uma definição de interesse público que foi bastante ampla, que não foi rejeitada pela

comunidade, mas não foi totalmente aceita ou adotada. Uma das razões disso foi que houve a sensação que não houve gente o suficiente, que definiu esse termo ou que não houve tempo de discussão suficiente com a comunidade.

A definição foi proposta. Na verdade, não houve uma adoção muito entusiástica, mas também nenhuma grande objeção. A objeção maior foi quanto ao processo e não quanto a definição em si.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Obrigado, Nora. Então a primeira pessoa no microfone.

MARK DATYSGELD: Eu sou Mark Datysgeld, do next gen.

Senhora Maciel organizou no Brasil um evento sobre o documento, sobre o núcleo público da internet. Foi levantada uma questão que eu gostaria de propor aqui e ver o que vocês acham disso. A Marília levantou isso e disse que o núcleo da internet deve ser protegido em termos de direito internacional com um acordo vinculante dentro do ambiente da ONU ou de protocolos internacionais.

Eu gostaria de saber sua opinião sobre essa questão que eu acho muito intrigante, mas eu ainda não tenho nenhuma definição. Obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado. Alguém quer responder?

MARILIA MACIEL: Obrigada.

O relatório é muito interessante, estímulo a lê-los.

O que inclui esse núcleo seria a infraestrutura, os sistemas de DNS.

Há um escalonamento, um encaminhamento, não só em termos de cyber espaço, mas políticas como a captura para proteger a propriedade intelectual ou os serviços de provedores de internet, como elementos de execução de leis.

Não está definido que há o interesse público, está aberta a discussão. Mas isso é um avanço aqui. Há um acordo internacional, ou todos concordam, propriamente, que esse núcleo da internet precisa ser protegido.

Se houver um conflito entre nações. Então, se houver um conflito entre os governos, esse núcleo deve ser considerado intocável.

Esse grupo de especialistas governamentais, dentro do primeiro comitê da ONU vai definir agenda dos próximos anos.

Nós vemos que há propostas que falam sobre segurança das informações. Eu acho que, talvez, isso nos ajude a reinvocar nossas ideias para algo mais produtivo.

Eu acho que seria importante que os países concordassem que o DNS seja intocável.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Nii, você quer falar?

NII QUAYNOR: Eu estou menos interessado em proteção através de acordos, mas em proteção através da comunidade. Fizemos de tudo, o que estamos fazendo aqui. Eu acho que as pessoas devem querer e fazer por si mesmas isso. Porque não queremos que todos os recursos sejam esgotados antes de que eu esteja pronto. Eu tenho uma perspectiva, um pouco, eu acho que a fiscalização deve ser feita pela comunidade e não pelos governos.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Várias perguntas no chat estão relacionadas a pontos específicos. E relações da ICANN com outros órgãos. Mas isso

não é o escopo dessa discussão aqui. Nós estamos aqui tentando desenvolver um marco ou um caminho para que essa comunidade utilize, em termos de definição.

Nós queremos o feedback de vocês em relação à o que é o interesse público dentro da ICANN. Não temas específicos de interesse público, se existem ou não, ou se são obstaculizados.

A próxima pessoa no microfone.

PADMINI BARUAH:

Eu sou Padmini Baruah, sou da Índia, estudante de Direito. Estou trabalhando para o Centro de Internet e Sociedade. Eu gostaria de saber o que vocês acham quanto ao engajamento que eu tive com interesse público e a ICANN.

Na minha experiência, quanto aos documentos e políticas de revelação de documentos, talvez fosse melhor que essas informações estivessem disponíveis, às vezes acontece isso, outras não.

E a segunda coisa que acontece nas causas de exclusão de revelação de informações, nas políticas de revelação de documentos, há uma cláusula que diz que no caso onde houver um interesse público muito importante nas informações que você está buscando, então, nesse caso, essas informações podem ser fornecidas.

Eu fiz várias requisições e essa cláusula nunca foi aplicada para mim. Qual seria, então, o limiar? Quando essas cláusulas de exclusão seriam aplicadas? Por que vocês acham que, quando que o interesse público não dependeria dessa exclusão de cláusula de não revelação das informações?

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Alguém quer comentar isso?

SAMANTHA EISNER: Sam Eisner, da ICANN. Eu trabalho com uma equipe que faz as análises de solicitações. Eu não tenho aqui, de memória, nenhuma requisição. Há, na verdade, uma ampla gama de informações que são fornecidas, que o interesse público naquelas informações é mais importante que a revelação dessas informações.

Se vocês olharem as deliberações da diretoria sobre a não revelação de informações, e a ICANN determinou que esse material de deliberações, se elas não contiverem informações confidenciais, o interesse público nessas informações é mais importante.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Sam. Próxima pessoa no microfone, apresente-se, por favor.

TIJANI BEN JEMAA: Eu sou Tijani Ben Jemaa, sou vice-presidente do ALAC, mas estou falando em meu nome.

Eu acho que os interesses públicos são diferentes uns dos outros. Uma definição ampla do interesse público, acho que seria inútil, porque podemos botar qualquer coisa aí dentro. Por que eu disse isso? Porque a Marília falou que as definições que encontraram no IGF, por exemplo, no IGF é diferente, no IGF estamos falando de governança e o uso da internet. Enquanto aqui estamos falando da governança dos identificadores únicos, e essas coisas são diferentes.

O perigo do interesse público seria um interesse mais restrito, ou, na verdade, um interesse de números, e devemos evitar.

Então, na verdade, se tornar do interesse público maior que o interesse comercial, que é o interesse político, essa definição seria correta e dentro de um certo contexto. Se for em um contexto mais amplo, eu acho que não vai ser útil. Obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Tijani. Algum comentário dos painelistas? Então vamos continuar. Próximo.

MARIA MILAGROS CASTANON: Eu sou Milagros Castanon, do Peru. Sou representante do Peru no GAC. Eu gostaria de ter acesso ao debate realizado antes de que a noção de interesse público fosse usada nos documentos da ICANN.

Eu não sei como surgiu essa expressão. A noção de interesse público, como foi dito há pouco tem muitos significados e acepções. Essencialmente, são derivados diferentes de escolas de filosofia. E uma delas parece ser a mais importante para a ICANN, que é uma filosofia anglo saxã, envolvida com o ponto de vista mercantilista. Mas quando se estuda o objetivo da ICANN e a filosofia multissetorial, essa plataforma, como filosofia você tem que levar em conta as duas escolas de filosofia que definem o interesse público. E restaria, então, uma noção muito mais básica e muito mais importante, que seria o bem comum.

Então eu acredito que, finalmente, se nós quisermos fazer as coisas corretamente, teremos que mudar o que seria necessário mudar, bem público por bem comum, porque há uma confusão, por exemplo, alguém aqui falou há pouco tempo, mencionou o interesse público com relação em acesso a documentos, por exemplo. Isso não é a ideia por trás da filosofia da abordagem

multissetorial. A filosofia da abordagem multissetorial está na ideia ou na noção do bem comum.

Então eu gostaria que vocês analisassem isso. Mas eu tenho trabalhado profundamente nisso. Acho que aí está a chave, é o bem comum.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado pelos comentários. Isso está sendo registrado.

Nora.

NORA ABUSITTA: Rapidamente, eu gostaria de comentar que é exatamente por isso que estamos discutindo agora. Porque há um certo apetite da comunidade. A comunidade quer discutir isso. Não vamos estar tão ocupados nos próximos semestres. É muito bom ter alguém do GAC aqui, muito obrigada.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: A próxima pessoa.

MALCOLM HUTTY: Muito obrigado. Malcolm Hutton. Falando aqui em meu próprio nome, em alguém que tem alguma experiência em procedimentos de elaboração de leis.

Vou falar da minha experiência, como que o interesse público é usado. Eu acho, talvez seja importante fazer uma análise funcional disso.

Eu noto duas formas com que esse termo é usado. A primeira é diferenciar o interesse público de um privado. Se considera um cenário que um grupo de partes quer estabelecer normas ou regras. “Então eu já faço isso”, “eu quero fazer isso”, “eu não quero fazer aquilo porque é muito caro”. São declarações legítimas. Eles estão falando do interesse privado. E nesse contexto, quando se fala em interesse público, estamos deslegitimando ou reduzindo o peso desses interesses. Tudo bem, (inint) [00:41:46], mas e quanto ao interesse público mais amplo?

Então, usando dessa forma, pode, então, levar em conta um público maior. Mas há uma outra forma em que é usado. Eu acho que, há pouco tempo, alguém falou das aquisições por informações, quando estamos falando com alguém que tem autoridade, um tomador de decisões, alguém que estabelece leis, por que você fez isso? Por que você atuou dessa forma e não de outra?

E muitas vezes se diz: “eu fiz o que era do interesse público”. Isso é um ponto de poder. Na verdade, estou me recusando a responder à pergunta. Eu não vou dar nenhuma resposta

objetiva mensurável que possa contestar a minha ação. Eu só digo que isso é bom.

Talvez essa decisão fosse justificável, mas quando se afirma isso, “eu fiz para o interesse público comum”, você está se recusando que o seu padrão seja julgado ou seja comparado com outros precedentes ou padrões.

Nesse caso, determinar que é o interesse público apenas atua para garantir a flexibilidade de um poder essencialmente arbitrário e a capacidade daqueles que poderiam se opor a isso é diminuída.

Então eu sugiro, eu acho que devemos olhar as definições que sempre são muito vagas e é porque todo mundo quer poder usar essa definição para o que acham que é bom, em comparação a o que acham que é ruim. Mas, na verdade, isso é usado pelos que estão no poder, os que tem poder de decisão. E usar no interesse público como padrão, isso dá autoridade.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Obrigado, Malcolm, por ter compartilhado isso.

Você quer completar isso, Nii?

NII QUAYNOR: Sim, com a experiência que ele tem, não sei se ele poderia comentar sobre essa definição que nós fizemos, e talvez orientar-nos, ver como poder melhorá-la. Porque essa não é uma questão tão ampla. Estamos falando sobre a ICANN e sobre a internet, em que nós colocamos nossos interesses.

Se você observar, ele fala sobre algumas coisas específicas, diz: “não estraguem isso”. E também para garantir que as propriedades que achamos valiosas sejam mantidas. E disse: “construir, também, confiança”.

MALCOLM HUTTY: Realmente não estou tentando dar uma resposta correta à sua pergunta. Eu quero continuar engajado. Mas quando eu digo que eu falei sobre isso (inint) [00:45:48] certamente, eu estava tão cético sobre o uso do termo interesse público (per se) [00:45:55], e mais positivo, tentando pegar as coisas mais específicas que eu vejo aqui dentro dessa declaração, e perguntando o que pode ser mais específico e mais mensurável, fazendo testes desses objetivos e etcetera.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Malcolm.

Quero lembrar que há uma lista de e-mails que foi criada. Estamos apenas no início desse processo e eu os encorajo a fazer

parte dessa lista de e-mails. Terá apresentação de PowerPoint anexa à essa sessão.

Seguinte pessoa no microfone.

GEORGE SADOWSKY: Muito obrigado. Sou membro do board (inint) [00:46:40], mas falo a título pessoal. Eu, realmente, não sou, primeiro quero esclarecer que não sou advogado e acho que essa é uma questão muito importante.

Houve alguns pensamentos muito bons que já foram antecipados.

Um dos congressistas dos Estados Unidos, em uma discussão sobre pornografia, disse: “eu não posso defini-la, mas eu sei, eu a reconheço quando a vejo”. E eu sei como é isso, quando falamos de interesse público, penso em casos que são brancos e pretos, que são fáceis de identificar. Mas a maioria dos casos são cinzentos. E há uns 10 anos eu tive uma situação de muitas controvérsias em grupos e eu não me lembro de nenhuma ocasião em que alguém dizia: “sim, mas meu argumento é de acordo ou está seguindo o interesse público”.

Não utilizamos isso. Estamos mais preocupados por defini-lo, mas não utilizamos tanto.

Eu gosto da (inint) [00:47:52], mas mais importante é o que nós fazemos com esse termo, essa expressão do que como a definimos. E aqui a jurisprudência é importante. Você pode ir para o tribunal e tem uma série de opiniões, tudo baseado na jurisprudência. Então talvez possamos considerar essa questão de interesse público comum, o objetivo da ICANN e mencionar que há diferenças de opinião, pensar o que há dentro do interesse público global e criar uma série de critérios que nos ajudem no futuro para tomar decisões com base a isso.

E uma das questões que está contra isso, e que deverá ser considerada, é que a ICANN trabalha muito com processos. E as políticas que surgem são resultados de processos. Não definimos as consequências ou as regras antecipadamente, mas levamos em conta os processos e como os utilizamos para alcançar as metas.

Muito obrigado.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado.

O feedback do painel? Não? Então vamos continuar com a fila.

Eu sei que há cinco pessoas na fila. Vamos encerrar, porque temos (inint) [00:49:27] temos ainda apenas meia hora e as pessoas têm muito a dizer.

A seguinte.

RON ANDRUFF: Muito obrigado, sim, por essa meia hora.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Bom, 30 segundos, de fato.

RON ANDRUFF: Sou Ron Andruff, sou usuário da internet e por muito tempo fui membro da ICANN.

George, realmente estou grato por seguir isso aqui e a definição, essa definição tem um sentido. Os governos do mundo pensam, nessa responsabilidade, em proteger o interesse público, o interesse dos cidadãos, é um elemento de proteção, não só de acesso, apenas.

E na ICANN 46, em Beijing, o Comitê Construtivo Governamental disse que as cadeias altamente regulamentadas deveriam realmente gerir bem o processo. Então por que fizeram isso? Porque no mundo real, as cadeias altamente regulamentadas são geridas com muito cuidado pelos governos, porque eles sabem que as pessoas vão abusar sobre essa capacidade de autoridade de gerir algo que é tão importante.

E na ICANN, no entanto, achamos isso como muito relevante, e desde a ICANN 46, estamos agora na 55, continuamos a lutar por essa questão do compromisso com o interesse público e querer especificações.

Nós temos adiado e adiado uma resposta, chegamos em um ponto em que já é tarde, não podemos alterar aqui essa definição.

E esse é um dos problemas sistemáticos que nós temos na ICANN. Mas independente de como isso for definido, acho que devemos, primeiro, pensar com a prioridade da ICANN, que a ICANN protege o interesse público, a ICANN deve garantir o interesse público. Essa é a prioridade.

Porque nós lançamos essas cadeias reguladas para os operadores de registros e isso tem uma capacidade de fazer, nas políticas, sobre como essas cadeias serão utilizadas. E quando tentamos criar uma instituição que realmente tem muita profundidade, que tem a confiança dos usuários nela, é isso que nós vamos fazer.

Então não importa como essa definição é. O que eu acho, aqui nós estamos esmiuçando muito isso. Mas a realidade é que a ICANN, isso se reduz à noção de que a ICANN tem como prioridade garantir o interesse público, proteger o interesse público dos cidadãos. É isso. Por exemplo, tem o .HEALTH,

.BANK, sempre tem alguém que está checando se esses domínios estão sendo protegidos. E eles não estão sendo protegidos agora. Então não há nenhuma discussão, agora, sobre fazer com que as especificações de um compromisso de interesse público sejam cumpridas. Isso começou na ICANN 46, estamos no 55, continuamos a falar sobre essa questão. É uma ferida aberta e espero que encerremos isso e eu desejo boa sorte para vocês nos seus empreendimentos e eu recomendo muito categoricamente que façamos disso nosso compromisso mais importante.

AMR ELSADR:

Amr Elsadr, do grupo não-comercial e da GNSO.

Eu concordo com alguns dos comentários que foram feitos antes. Acho que definir o interesse público realmente não é só difícil, mas indesejável.

E acho que realmente o interesse público um termo muito subjetivo. A Marilia deu uma opinião, (inint) [00:53:55] nós perguntamos para outra pessoa, (inint) [00:53:58] por exemplo, vai dar outra definição muito diferente.

Então tentar criar consenso em volta dos interesses especiais e conflitantes. É uma questão muito difícil, cada um vai ter uma versão diferente, uma opinião diferente. E isso não vai ser pelo

interesse público. O que vamos ter, então, é uma definição que não haverá consenso.

Então a pergunta que eu tenho aqui é: o que você acha sobre esses fatores e o que está envolvido nessa questão de (inint) [00:54:35] gTLD?

O Ron já mencionou os PICs e as especificações. Algumas são boas, outras não são tão boas. Mas eu não vejo a necessidade de rotulá-las como especificações para o interesse público.

O guia desses termos e gTLDs teve algumas objeções sobre o interesse público limitado. Houve alguns motivos por isso, ficou bem claro. Mas chamar essas objeções para o interesse público, acho que é desnecessário.

Então eu acho que, como uma pergunta, é que como resultado desse painel estratégico, quando vocês forem definir o interesse público, se vocês não acham (inint) [00:55:23], mas contribuições como essa divisão deveria mudar, e como isso deveria ser considerado dentro do processo de elaboração de políticas gTLDs?

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Obrigado.

WOLF LUDWIG: Há um exemplo muito bom, temos o aplicativo .KINDER para um produtor, o Ferrero, que faz guloseimas. E a companhia queria registrar o nome “Kinder”.

E a marca “Kinder”, que para nós, é uma palavra genérica que significa “crianças” e é um termo genérico. Que, inclusive, em inglês utilizamos a palavra “kindergarten”. É um termo muito conhecido no mundo anglo-saxônico. E o que eu acho é isso, estava contra o interesse público, e a ICANN decidiu alocar a palavra “Kinder” à Ferrero Rocher como domínio já cerrado.

Isso vai contra o interesse público. Eu acho que essa questão de alocar a palavra “Kinder” para a Ferrero não é bom. Isso deveria ir para o domínio da comunidade. Tudo o que está relacionado com as iniciativas públicas deveria ser... Mas dar exclusividade a um produtor de balas, como é a Ferrero, isso vai contra o interesse público. Essa foi uma decisão errada que não estava considerando o interesse público.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Wolf, pela sua opinião. Acho que aqui também temos alguém que quer falar?

AMR ELSADR: Eu acho, Wolf, que você não respondeu a minha pergunta sobre a definição de como é a relação entre processo normativo e

políticas gTLDs. E eu acho, essa foi a minha opinião e você disse a sua opinião, mas como você apresentaria sua opinião em um processo multissetorial de baixo para cima? Sua opinião não seria a opinião que ficaria refletida na política, mas em uma parte das políticas. Teria complementos que seriam as opiniões de outras pessoas sobre o que é interesse público.

Então o que eu acho aqui é que deveríamos pensar e falar sobre as questões mais importantes de, por exemplo, por que você acha que a palavra “Kinder” não deveria ter sido alocada da marca sem um gTLD, .KINDER, e argumentar motivos exatos disso, por exemplo. Realmente não sabia que “kindergarten” vinha de, que era uma palavra alemã em inglês, acabei de aprender.

NORA ABUSITTA:

Você falava uma coisa muito importante, isso me indica que é uma discussão muito importante. Porque uma das coisas que nos apresentaram aqui é que, bom, vamos obter um grande termo muito amplo aqui, vamos tentar criar alguma coisa mais específica, uma série de critérios, ou parâmetros, talvez.

E para ir bem além disso, e não chamar isso de interesse público, dar outro termo. Porque em um termo mais amplo. Então eu gostei muito do que você disse, mas agora vamos ouvir os outros participantes.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Nora.

Seu comentário sobre o eu disse.

SAMANTHA EISNER: Não, eu tenho uma resposta à uma pergunta que foi formulada antes.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito bem, vamos, temos também outra fila de perguntas online. Mas a senhora tem a palavra.

SAMANTHA EISNER: Muito rapidamente, Sam Eisner, eu sou do conselho da associação dos generais da ICANN.

Com essa discussão, estive observando aqui, ver um pouco a etimologia, a origem desses termos, interesse público e em documentos, também.

Eu encontrei uma resposta que está baseada nas pesquisas, mas não está realmente documentada. É que a ICANN, por exemplo, é uma organização tipo 501(c)(3), sobre a legislação do estado da Califórnia (inint) [01:00:31]. É um termo muito comum utilizado, esse termo de interesse público, para extinguir do interesse

privado. E as origens do termo não necessariamente nos ajudam.

E nessa discussão de hoje, que é a discussão que nós precisamos aqui, ter aqui e não sobre a origem do termo, como o disse o senhor (inint) [01:01:06].

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado.

INTERVENÇÃO REMOTA: Temos um comentário de William Cunningham. Chegar a uma decisão é muito difícil, mas devemos ter uma definição e uma política sobre tecnologias razoável deve ter esse tipo de definição.

É de John Curran, essa pergunta. Se a comunidade ICANN acha que é necessário opinar sobre o interesse público, tal como oferecido pela definição do painel. Não seria prudente fazer isso em relação ao sistema indentifier unique, em relação à internet?

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Sim. Muito obrigado. Marília, você falou sobre o interesse público geral na internet, mas também temos a missão da ICANN.

MARILIA MACIEL: Obrigada.

Isso nos leva a um ponto levantando no começo que é definir o interesse público aqui em uma organização que está focada nos recursos públicos, é diferente. E isso é diferente discutir o que acontece no IGF.

Eu gosto dessa ideia de termos uma definição bem ampla, bem abrangente, como uma visão, como as companhias têm uma visão, uma missão, etcetera. Que guie, oriente a direção que deve tomar a ICANN.

E, para mim, o que eu acho dessa definição, acho que deve cobrir muito essas questões técnicas, que são assuntos de preocupação. E por isso que eu falei sobre o documento da NETmundial, falando sobre o usuário final, que é o que importa, é aquele que está no final da relação e que é importante.

Quando falamos em interesse público, devemos pensar em todos aqueles que vão preservar, que foram definidos no documento da NETmundial, de forma (inint) [01:03:13] também sem fragmentação, unificada, etcetera, então o usuário final.

Voltando para o ponto (inint) [01:03:22], é uma maneira de levar isso PDP e para criar, ter uma visão e princípios mais claros como esse.

Se poderíamos ter duas respostas diferentes, mas isso não é um problema. O que é importante é mesurar as políticas que estamos tentando criar em relação a esses princípios. E sendo o nome da GNSO, nem sempre fazemos isso. Quando elaboramos o programa do projeto (inint) [01:03:55], os novos gTLDs, falamos sobre estabilidade, segurança, etcetera. E não pensamos (inint) [01:04:02]?

Temos que ter mais cuidado. E o que acontece com os direitos humanos e liberdade de expressão? São palavras, são temos que devem ser considerados. Devemos considerar os princípios que nos levem a algo, a alcançar algo que seja pelo interesse público.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Marília.

ALAN GREENBERG: Sou Alan Greenberg, sou presidente do Comitê Consultivo do At-Large, mas eu falo em meu nome.

Estou na ICANN há muito tempo e já participei de muitas das discussões públicas e privadas e as minhas ideias evoluíram. Eu tinha uma visão mais ingênua que se usássemos o termo documento, devíamos definir. Então se usamos no documento, temos que definir.

Agora eu não acredito mais nisso. Eu acho que nós não estamos no estágio de poder definir isso.

O exemplo do Amr, do PDP, é uma das razões. O PDP não tem obrigação de servir ao interesse público, tem a obrigação de tomar decisões com base nos argumentos feitos. E as pessoas no grupo podem decidir, talvez, corretamente que o interesse privado é mais importante que o interesse público, em cada caso. Então aí é o problema.

Eu acho que eu gosto dessa ideia do George, do direito caso a caso. Nós precisamos de exemplos, o processo através do qual nós chegamos à conclusão de que isso é de interesse público. Se os interesses de .KINDER atrapalham o direito do público do ponto que estamos certos ou errados. E precisamos de uma metodologia, talvez, para determinar o que é do interesse público ou bem público.

Então eu acho que tentar definir, vamos acabar com uma coisa tão genérica que, sim, temos uma palavra no papel, mas não vai nos ajudar a tomar decisões.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Alan. Alguém mais quer falar?

NORA ABUSITTA: Rapidamente, eu gostaria de mencionar e esqueci de falar isso na minha intervenção. Isso foi parte da solicitação para o plano (inint) [01:07:01] estratégico que foi aceito pela comunidade e foi votado pela comunidade: um, explorar o interesse público e, dois, medir o nosso trabalho por isso.

Eu quero dizer que houve, pelo menos, acordo que nós devemos considerar o interesse público.

ALAN GREENBERG: Desculpem explorar é muito diferente de definir.

NORA ABUSITTA: Podemos ficar discutindo um ano inteiro e chegar à conclusão de que nós não precisamos de uma definição. Mas, pelo menos, nós precisamos todos chegar a um acordo sobre isso.

MARILIA MACIEL: Eu concordo que talvez não precisemos de uma definição, mas eu acho que há palavras-chave importantes de manter. E eu ficaria muito preocupada se uma política adotada pelo GNSO impediria essa internet inclusiva e aberta.

Eu acho que nós temos que ter preocupação se os valores forem excluídos ou forem negados.

NII QUAYNOR: Na verdade, eu estou começando a pensar se o assunto do PDP ser inócuo ao interesse público. A razão do processo de políticas deve servir a comunidade.

Se não soubermos qual é o interesse da comunidade, então ele não vai ser objetivo, não vai cumprir com o seu objetivo.

Então se a comunidade é um órgão coordenador único, você precisa ter alguma responsabilidade. Essa responsabilidade provavelmente é do interesse público. Então você não pode ser totalmente livre para decidir se é do interesse público ou privado. Deve haver algo acima do interesse privado, porque estamos fazendo políticas para isso. Deve haver uma certa restrição. Isso deve ser do interesse do bem comum, isso é para o bem comum.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Bom, chegamos nos cinco minutos finais.

FABRICIO PESSOA: Eu sou Fabricio Pessoa, sou fellow pela segunda vez. Eu sou da AXUR do Brasil.

Uma das principais razões que a definição foi trazida para a definição é porque ela é muito ampla. Há diferentes públicos e diferentes aspectos da internet. Qual é o propósito da definição?

Eu acho que o que a Marília disse é muito interessante. A questão de ter um sentido ou de ter uma direção, uma missão. Mesmo que seja ampla. Porque queremos incluir o usuário final.

Mas também é meio complicado porque nós estamos aqui discutindo e tentando, na melhor das intenções, ver o que é melhor para todos. Mas uma questão que se fala aqui, se fala do usuário final, mas a maioria das pessoas não sabe como a internet funciona.

Nós só temos uma ideia real do que é do interesse público quando todos souberem como a internet funciona. E posso falar em seu próprio nome, senão só podemos dizer “eu acho”.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Muito obrigado, Fabricio.

Bem, como eu acho que só três minutos até o final da sessão. Os próximos passos, vamos criar um grupo de trabalho, algum tipo de estrutura. Qual é o caminho adianta? Eu acho que, no momento, não teremos uma resposta agora, mas temos uma lista de e-mails.

Então eu pediria uns 30 segundos para cada um dos painelistas.

Você pode falar, dá para fazer um tweet. Só alguns momentos para encerrar a sessão.

Já perdeu 30 segundos, Wolf. Não, mentira, tem 30 segundos.

WOLF LUDWIG: Parece estranho. Eu não uso o Twitter, então não tenho a menor ideia de fazer isso.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Então vou passar para a geração mais jovem aqui. Nii Quaynor.

NII QUAYNOR: O manejo de recursos críticos demanda interesse público.

MARILIA MACIEL: Eu gostaria de agradecer muito à Nora por agradecer à reorganização. Essa sessão, acho muito bom ter microfone aberto. Nós aprendemos muito com as ideias do público em geral.

Muito obrigada.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Voltando para o Wolf.

WOLF LUDWIG: Eu vou retwitter o que a Marília disse.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Nora, você pode ter mais tempo que um tweet.

NORA ABUSITTA: Como eu sou muito otimista, eu esperava que no final da sessão eu teria uma direção dos próximos passos. Mas eu acho que é só o início de uma conversa. Eu não quero, de novo, cair na mesma armadilha de trabalhar sem o apoio da comunidade. Então, por favor, dedique um pouco seu tempo para nós.

Será que nós vamos mudar essa forma quando nos referimos a interesse público? Nós precisamos ter uma conversação formal e o passo inicial é a lista de e-mail.

Muito obrigada pela participação.

OLIVIER CREPIN-LEBLOND: Obrigado.

Antes de mencionar o comentário do Matthew Shears, que é um tópico interessante, que é a proposta do (CCWG), que inclui uma alteração dos valores nos estatutos para incorporar a referência do interesse público.

Então, buscando e apoiando a participação ampla e informada, para refletir a diversidade funcional, geográfica e cultural da internet, a todos os níveis da elaboração de políticas e tomada

de decisões, para garantir um processo de desenvolvimento político multissetorial de baixo para cima, que seja usado para garantir o interesse público global. E que esses processos sejam responsabilizados e transparentes.

Eu acho, bom, que terminamos por aqui. Temos uma página da Wiki, uma lista de e-mails. As apresentações estão lá na nossa página.

Muito obrigado por todos os painelistas e ao público. Nós vamos ler a transcrição e ouvir toda a sessão e levar todos os comentários em consideração.

Essa sessão está encerrada.

Obrigado.